



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Conselheiro RONALDO PASSARINHO  
Presidente

Usos contábeis,  
para análise e sugestões,  
se necessárias.  
Em 11 de junho de 2008

9065  
RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_/2008-TCM/PA

Dispõe sobre a obrigatoriedade a partir do exercício de 2008, de remessa ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em meio óptico/magnético dos Balancetes Quadrimestrais, as Folhas de Pagamento Mensais respectivas e o Balanço Geral do exercício.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções, na forma dos artigos 27 e 57, II e §1º da Lei Complementar nº25 de 05 de agosto de 1994, e artigo 55, III, alínea "c" do Ato nº09 de 09 de fevereiro de 1995 e considerando ainda:

A premente necessidade da criação de métodos e instrumentos de agilização nas ações da fiscalização a cargo do controle externo que lhe cabe;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a obrigatoriedade da remessa pelos Órgãos da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive os Fundos Municipais, dos Balancetes Mensais, as Folhas de Pagamento respectivas, correspondentes a cada quadrimestre, em meio óptico/magnético (disquete, CD-ROM ou internet), conforme Anexos I e II da presente Resolução.

§1º - Fica mantida a obrigatoriedade de remessa em meio documental dos Balancetes Mensais e seus anexos, exigidos pela Lei nº4.320/64, assim como:

I – os termos de conferência de caixa e bancos, acompanhados de seus respectivos extratos das contas correntes, poupanças e aplicações financeiras, se houver, bem como as conciliações bancárias.

II – somados aos documentos relacionados no inciso anterior, a prestação de contas do último quadrimestre deve também conter:

- a) relação de inscrição em restos a pagar;
- b) relação de inscrição de dívida ativa;
- c) demonstração de dívida fundada interna e externa;
- d) demonstração de dívida flutuante;
- e) inventário de bens móveis e imóveis;
- f) demonstração de operações de crédito realizadas.

§2º - O prazo máximo para remessa da prestação de contas é de até 30(trinta) dias após o encerramento do quadrimestre.



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Art. 2º - Determinar a obrigatoriedade da remessa pela Prefeitura Municipal do Balanço Geral, em meio óptico/magnético (disquete, CD-ROM ou internet), conforme especificado no Anexo I da presente Resolução, estendendo-se esta determinação para as Autarquias e Fundações Municipais, cujo demonstrativo também é obrigatório.

§1º - Fica mantida a obrigatoriedade de remessa em meio documental do Balanço Geral em consonância com o artigo 101 da Lei nº4.320/64, assim como do seguinte:

- I – o demonstrativo da aplicação dos recursos correspondentes à educação e saúde;
- II – o demonstrativo de comparação entre o Balanço Patrimonial do exercício encerrado com o do exercício anterior.

§2º - A data limite para remessa dos documentos de que trata o artigo 2º é 30 de março do exercício financeiro subsequente.

Art. 3º - O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, fornecerá gratuitamente aos jurisdicionados em meio óptico/magnético ou internet, o programa analisador necessário à geração do recibo de entrega e arquivo para possibilitar a remessa dos documentos de que tratam os artigos 1º e 2º, na forma exigida por esta Resolução.

Art. 4º - A Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, do exercício de 2008, especificada no Anexo I da presente Resolução, será efetivada pelos jurisdicionados considerando a estrutura já utilizada no exercício de 2007, passando a ser evidenciada no layout estabelecido para o exercício de 2008, constante do presente Anexo.

§1º - As inovações contidas no layout do exercício de 2008, são basicamente a inclusão de 3(três) campos, **o sequencial contábil, código do evento e código do histórico padrão**, assim especificados:

- I – O sequencial contábil é o número sequencial identificador do lançamento contábil, que deve ser único em todo o exercício, e representa a identificação expressa do procedimento contábil adotado para todos os eventos ocorridos no exercício em cada unidade gestora;
- II – O código do evento é composto de 4(quatro) dígitos, evidenciados na Tabela de Eventos, constante das Tabelas de Apoio, e fundamental para os lançamentos contábeis;
- III – O código do histórico padrão é composto de 5(cinco) dígitos, evidenciados na Tabela de Histórico Padrão, constante das Tabelas de Apoio, cuja origem pode ser uma guia de recolhimento, um empenho, uma ordem de pagamento/ordem de crédito, uma anulação ou movimentação extra-orçamentária, objetivando facilitar a identificação descritiva dos fatos contábeis ocorridos na gestão de qualquer entidade.

§2º - A utilização e identificação do sequencial contábil, visa também normatizar os procedimentos estabelecidos na apresentação de retificadoras às prestações de contas em meio óptico/magnético e documental contidas na Resolução nº8.970/2008-TCM/PA, que já deverão ser encaminhadas de acordo com o layout de 2008, estabelecido no anexo I da presente resolução.





**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Art. 5º - Considerando a estrutura do layout do exercício de 2008, os procedimentos a serem adotados pelos jurisdicionados com base no seqüencial contábil, passa a ser o seguinte:

I – O primeiro quadrimestre do exercício em questão tomará como base os saldos do Balanço Patrimonial do exercício anterior e todos os lançamentos contábeis evidenciados no período compreendido entre 01 de janeiro a 30 de abril;

II – O segundo quadrimestre do exercício em questão tomará como base os saldos existentes em 30 de abril e todos os lançamentos contábeis evidenciados no período compreendido entre 01 de maio a 31 de agosto;

III – O terceiro quadrimestre do exercício em questão tomará como base os saldos existentes em 31 de agosto e todos os lançamentos contábeis evidenciados no período compreendido entre 01 de setembro a 31 de dezembro;

IV – O Balanço Geral do exercício em questão tomará como base os saldos existentes em 31 de dezembro, originários do 3º quadrimestre do exercício e todos os lançamentos contábeis evidenciados por ocasião do encerramento do exercício, referentes a apuração do resultado e todos os ajustes contábeis efetivados, culminando com a apresentação dos saldos da contas que compõem o Balanço Patrimonial do exercício, que se torna automaticamente saldo inicial para o exercício subsequente.

§1º - O seqüencial contábil, evidenciado ao final de cada quadrimestre, se torna o inicial do quadrimestre subsequente, até o final do exercício com a apresentação do Balanço Patrimonial.

Art. 6º - Excepcionalmente no exercício de 2008, o segundo quadrimestre tem seu prazo de entrega dilatado para o dia 31 de outubro de 2008, onde os jurisdicionados deverão apresentar o 1º e o 2º quadrimestres do exercício de 2008 na forma do layout para o citado exercício, constante do Anexo I da presente Resolução, devendo o mesmo procedimento ser efetivado para a entrega das folhas de pagamento dos referidos quadrimestres, desta feita com base no layout de 2008, constante do Anexo II.

§1º - Considerando que os dados referentes aos processos licitatórios foram reduzidos no layout ora estabelecido, os jurisdicionados deverão encaminhar em conjunto com a prestação de contas todos os processos licitatórios realizados em cada quadrimestre em meio magnético/óptico, em arquivos digitalizados ou em PDF, que evidenciem todos os procedimentos administrativos realizados pela Comissão de Licitação e pelo Gestor Municipal, bem como pelos Licitantes.

§2º - Os jurisdicionados deverão, considerando o estabelecido no caput deste artigo, encaminhar em 31 de outubro de 2008, em meio magnético/óptico o seguinte:

a) para o primeiro quadrimestre 3(três) mídias, a primeira contendo os dados referentes ao 1º quadrimestre de 2008, a segunda contendo os dados da folha de pagamento e a terceira contendo os dados das licitações do período;

b) para o segundo quadrimestre 3(três) mídias, a primeira contendo os dados referentes ao 2º quadrimestre de 2008, a segunda contendo os dados da folha de pagamento e a terceira contendo os dados das licitações do período.

§3º - A partir do exercício de 2008, os quadrimestres conterão as informações específicas ao período a que se referem, não mais de forma acumulada como era o procedimento até o exercício de 2007, sendo o efeito limitador e transitório de cada quadrimestre o seqüencial contábil.



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 19 de junho de 2008

Conselheiro Presidente RONALDO PASSARINHO

Conselheira ROSA HAGE

Conselheiro ALOÍSIO CHAVES

Conselheiro ALCIDES ALCÂNTARA

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro LUÍZ DANIEL LAVAREDA REIS JÚNIOR